

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Águas do Mirante S.A.
Piracicaba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Mirante S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1

Águas do Mirante S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Passivos	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	52	4.298	Fornecedores e empreiteiros	10	13.332	4.648
Aplicações financeiras	5	7.673	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	166.850	92.833
Contas a receber de clientes	6	8.092	3.158	Obrigações trabalhistas e sociais		882	695
Adiantamento a fornecedores		-	1.637	Obrigações fiscais	12	2.234	1.087
Ativo fiscal corrente	7	1.785	360	Imposto de renda e contribuição social		-	26
Outros créditos		505	47	Contas correntes partes relacionadas	9	25.130	-
				Adiantamento de clientes		6.775	-
Total do ativo circulante		18.107	9.500	Total do passivo circulante		215.203	99.289
Aplicações financeiras	5	6.775	-	Fornecedores e empreiteiros	10	2.221	-
Ativo fiscal não corrente	7	3.970	2.062	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	4.323	226
Ativo fiscal diferido	19	1.610	608				
Depósitos judiciais		126	-	Total do passivo não circulante		6.544	226
Total do realizável a longo prazo		12.481	2.670	Patrimônio líquido			
Intangível	8	216.692	108.436	Capital social	14	28.326	21.725
Total do ativo não circulante		229.173	111.106	Prejuízos acumulados		(2.793)	(634)
Total do ativo		247.280	120.606	Patrimônio líquido		25.533	21.091
				Total do passivo		221.747	99.515
				Total do passivo e patrimônio líquido		247.280	120.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	15	147.477	104.465
Custos dos serviços prestados	16	<u>(125.257)</u>	<u>(94.484)</u>
Lucro bruto		<u>22.220</u>	<u>9.981</u>
Despesas administrativas e gerais	17	(14.426)	(8.227)
Outras receitas operacionais		1	12
Outras despesas operacionais		<u>(92)</u>	<u>(35)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>7.703</u>	<u>1.731</u>
Receitas financeiras	18	486	1.920
Despesas financeiras	18	<u>(11.350)</u>	<u>(2.747)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(10.864)</u>	<u>(827)</u>
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		<u>(3.161)</u>	<u>904</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	1.002	(293)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(2.159)</u>	<u>611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	<u>(2.159)</u>	<u>611</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(2.159)</u></u>	<u><u>611</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	<u>33.263</u>	<u>(24.937)</u>	<u>8.326</u>	<u>(1.245)</u>	<u>7.081</u>
Integralização de capital em dinheiro	-	13.400	13.400	-	13.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	611	611
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>33.263</u>	<u>(11.537)</u>	<u>21.726</u>	<u>(634)</u>	<u>21.092</u>
Integralização de capital em dinheiro	-	6.600	6.600	-	6.600
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.159)	(2.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(2.793)</u>	<u>25.533</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(3.161)	904
Ajustes para:		
Amortização	2.585	316
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.134	1.902
Juros sobre aplicações financeiras	(413)	-
	<u>9.145</u>	<u>3.122</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(4.934)	(899)
Ativo fiscal corrente	(3.333)	(1.998)
Adiantamentos a fornecedores	1.637	(1.004)
Outros créditos e depósitos judiciais	(584)	74
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	10.905	(2.138)
Obrigações trabalhistas e sociais	187	285
Obrigações fiscais	1.147	651
Juros pagos	(13.320)	(24)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26)	(282)
	<u>(13.320)</u>	<u>(282)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>824</u>	<u>(2.213)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(7.260)	-
Aquisição de intangível	(103.590)	(86.371)
	<u>(110.850)</u>	<u>(86.371)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(110.850)</u>	<u>(86.371)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	6.600	13.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	196.050	46.433
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(122.000)	(75)
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	25.130	-
	<u>105.780</u>	<u>59.758</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>105.780</u>	<u>59.758</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.246)</u>	<u>(28.826)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.298	33.124
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>52</u>	<u>4.298</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.246)</u>	<u>(28.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo. A Companhia foi constituída em 01 de março de 2012, com a denominação de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 23 de maio de 2012, com a mudança dos acionistas, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 11 de junho de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 firmado com a SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

Como marco do contrato de parceria público privada firmado entre a Companhia e o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, a Companhia se comprometeu à construção de uma nova estação de tratamento de esgoto denominada ETE - Bela Vista. Esta estação de tratamento foi concluída em 27 de dezembro de 2013. Com o atendimento deste marco do contrato de parceria pública privada, a Companhia atingirá o nível de 85% de esgoto tratado na cidade de Piracicaba.

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que, em 31 de dezembro de 2014, detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 197.096 (R\$ 89.789 em 2013), basicamente em virtude da 2ª emissão de debêntures no ano de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. A Companhia possui suporte financeiro da acionista controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas destas dívidas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem a aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são

utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures e fornecedores e empreiteiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) *Capital social - ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo no encerramento de cada exercício social.

b. *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item m.
- Intangível em andamento

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

c. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada no exercício com relação a este assunto.

g. Demais passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. *Receita operacional*

Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

j. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. *Arrendamentos*

(i) *Ativos arrendados*

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

I. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo. A Administração da Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	3	1
Banco conta movimento	46	15
Aplicações financeiras	3	4.282
	52	4.298

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

		31/12/2014	31/12/2013
CDB - Pós fixado	98,1% a 103% do CDI	14.448	-
		14.448	-
Circulante		7.673	-
Não circulante		6.775	-

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam de 98,1% a 103% do CDI.

O ativo financeiro apresentado no não circulante é uma garantia relativo aos recebimentos do Contrato de Concessão.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de faturamento de esgoto	7.850	3.158
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	242	-
	8.092	3.158

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Saldo a vencer	Saldos vencidos			Total
		Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	31/12/2014
SEMAE	3.729	2.375	1.746	4.121	7.850
Águas de Matão S.A.	242	-	-	-	242
Total	3.971	2.375	1.746	4.121	8.092

	Saldos vencidos			Total	
	Saldo a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	31/12/2013
SEMAE	1.996	434	728	1.162	3.158
Total	1.996	434	728	1.162	3.158

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se fez necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber de clientes vencidos, visto que os montantes referem-se exclusivamente a prestação de serviço de tratamento de esgoto para órgãos públicos os quais ainda não foram repassados pelo SEMAE.

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

	31/12/2014	31/12/2013
PIS - Programa de integração social	9	9
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	266	41
INSS retido na fonte (a)	5.407	2.062
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	73	310
	<u>5.755</u>	<u>2.422</u>
Circulante	1.785	360
Não circulante	3.970	2.062

- (a) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia. Durante o exercício de 2014 e 2013 a Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Prazo remanescente (em anos)	Taxa média anual	31/12/2014			31/12/2013
				Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Instalações técnicas de saneamento	25	25	4,0%	10.702	(113)	10.589	-
Edificações de estações de tratamento	de 25 a 48	de 24 a 27	3,2%	171.847	(2.343)	169.504	631
Máquinas e equipamentos	de 05 a 10	de 03 a 10	16,0%	836	(126)	710	845
Outros componentes	de 03 a 30	de 01 a 27	18,1%	1.552	(285)	1.267	699
				<u>184.937</u>	<u>(2.867)</u>	<u>182.070</u>	<u>2.175</u>
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				34.544	-	34.544	106.190
				<u>34.544</u>	<u>-</u>	<u>34.544</u>	<u>106.190</u>
Software							
Licença de uso de software	3	de 01 a 03	33%	148	(70)	78	71
				<u>148</u>	<u>(70)</u>	<u>78</u>	<u>71</u>
				<u>219.629</u>	<u>(2.937)</u>	<u>216.692</u>	<u>108.436</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	31/12/2013	31/12/2014		
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	-	-	10.702	10.702
Edificações de estações de tratamento	636	-	171.211	171.847
Máquinas e equipamentos	965	457	(586)	836
Outros componentes	895	65	592	1.552
	2.496	522	181.919	184.937
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	106.190	110.273	(181.919)	34.544
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
	106.190	110.273	(181.919)	34.544
Software				
Licença de uso de software	102	46	-	148
	102	46	-	148
	108.788	110.841	-	219.629

c. Movimentação da amortização

Ativo	31/12/2013	31/12/2014	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	-	(113)	(113)
Edificações de estações de tratamento	(5)	(2.338)	(2.343)
Máquinas e equipamentos	(120)	(6)	(126)
Outros componentes	(196)	(89)	(285)
	(321)	(2.546)	(2.867)
Software			
Licença de uso de software	(31)	(39)	(70)
	(31)	(39)	(70)
	(352)	(2.585)	(2.937)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 7.321 (R\$ 5.285 em 2013) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

Não foram identificados indicadores de perda de valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos para nenhum dos ativos intangíveis apresentados acima.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2014 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 905 (R\$ 991 em 2013). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico e estão abaixo demonstradas.

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	(a) 242	-	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores (nota explicativa nº 10)	(a) -	9.259	-	3.204
Contas corrente a pagar	(b) -	25.130	-	-
	<u>242</u>	<u>34.389</u>	<u>-</u>	<u>3.204</u>

A composição dos saldos por contraparte é composto conforme segue:

		31/12/2014		31/12/2013	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
AEGEA Saneamento e Participações S.A.	(a) e (b)	-	28.278	-	58
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	(a)	-	46	-	-
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.	(a)	-	-	-	695
Águas Guariroba S.A.	(a)	-	35	-	-
Águas de Matão S.A.	(a)	242	-	-	-
Minerpav Mineradora Ltda.	(a)	-	1	-	14
Equipav Engenharia e Comércio Ltda.	(a)	-	528	-	2.437
Equipav Tecnologia e Engenharia Ltda.	(a)	-	4.980	-	-
Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio	(a)	-	521	-	-
		<u>242</u>	<u>34.389</u>	<u>-</u>	<u>3.204</u>
Resultado do Período (a)				31/12/2014	31/12/2013
Custos e despesas dos serviços prestados:					
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.				636	26.090
Equipav Engenharia Ltda.				-	1.782
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.				530	-
Aegea Saneamento e Participações S.A.				<u>5.694</u>	<u>-</u>
				<u>6.860</u>	<u>27.872</u>

- (a) Saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de contas a receber e fornecedores partes relacionadas são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de ampliação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário, além contratação da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. pela prestação de serviços administrativos por meio do centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo Aegea) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação e contratação de serviço de locação de veículos com a LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (b) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

10 Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2014	31/12/2013
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	6.294	1.444
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	<u>9.259</u>	<u>3.204</u>
	<u>15.553</u>	<u>4.648</u>
Circulante	13.332	4.648
Não circulante	2.221	-

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Vencimento	Encargos	Valor	31/12/2014	31/12/2013
			original		
Debêntures	maio/15	CDI + 1,7% a 3,15% a.a.	155.000	166.717	72.479
Capital de giro	maio/14	CDI + 2,2	-	-	20.246
Finame	maio/15 a outubro/24	Pré fixado 6% a.a.	174	174	-
Finisa	novembro/23	Pré fixado 3,5% a.a.	4.023	4.059	-
Outros	julho/17	Leasing	243	223	334
				171.173	93.059
Circulante				166.850	92.833
Não circulante				4.323	226

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos empréstimos e financiamentos não circulantes:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	108
2016	550	118
2017	566	-
2018	495	-
2019 em diante	2.712	-
	4.323	226

Em 19 de dezembro de 2012, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 660 debêntures, sendo 400 debêntures da 1ª série e 260 debêntures da 2ª série, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal total de R\$66.000. Estas debêntures foram totalmente amortizadas em 4 de junho de 2014.

Em 15 de maio de 2014, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 1.550 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em Série Única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias (em substituição a 1ª emissão liquidada), com valor nominal total de R\$155.000. Estas debêntures têm vencimento em 15 de maio de 2015 com amortizações de principal em *bullet*.

A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.; e
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato de cessão fiduciária, da totalidade dos direitos creditórios que Águas do Mirante tem direito.
- Penhor da totalidade das ações de emissão de Águas do Mirante (exceto por 3 (três) ações de emissão da devedora que são de titularidade de membros de sua administração).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 1.256 (R\$385 em 2013) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

12 Obrigações fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
PIS - Programa de integração social	257	86
COFINS - Contribuição para o financiamento a seguridade social	1.464	394
ISS - Imposto sobre serviços	325	100
PIS/COFINS/CSLL retidos	26	139
ISS - Imposto sobre serviços retidos	112	214
INSS retido	19	114
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	31	40
	<u>2.234</u>	<u>1.087</u>

13 Contingências

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 56 (zero em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2014, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$185 (zero em 31 de dezembro de 2013) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de maio e 11 de novembro de 2013, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou parte do capital nos montantes de R\$ 8.400 e R\$ 5.000, respectivamente, passando o capital social integralizado a ser de R\$ 21.726, representado por 33.263.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de janeiro e 31 de março de 2014, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou parte do capital nos montantes de R\$ 3.500 e R\$ 3.100, respectivamente, passando o capital social integralizado a ser de R\$ 28.326, representado por 33.263.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 2013, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

15 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	43.395	22.154
Receitas de construção	<u>110.273</u>	<u>85.421</u>
	153.668	107.575
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos	(12)	-
(-) Impostos sobre serviços	<u>(6.179)</u>	<u>(3.110)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>147.477</u>	<u>104.465</u>

16 Custos dos serviços prestados

	2014	2013
Pessoal	(3.359)	(2.900)
Conservação e manutenção	(705)	(44)
Serviços de terceiros	(3.534)	(3.150)
Materiais, equipamentos e veículos	(297)	(313)
Amortização	(2.585)	(316)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	216	-
Custo de construção	(110.273)	(85.421)
Energia elétrica	(3.865)	(2.027)
Produtos químicos	(295)	(220)
Locação	(357)	-
Outros custos	<u>(203)</u>	<u>(93)</u>
	<u>(125.257)</u>	<u>(94.484)</u>

17 Despesas administrativas e gerais

	2014	2013
Pessoal	(1.924)	(1.746)
Conservação e manutenção	(55)	(179)
Serviços de terceiros	(7.015)	(1.614)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.331)	(1.441)
Energia elétrica	(57)	(30)
Seguros	(372)	(273)
Viagens e estadias	(623)	(795)
Impostos, taxas e contribuições	(136)	(55)
Locação	(1.093)	(643)
Publicidade e Propaganda	(1.249)	(560)
Outras despesas	<u>(571)</u>	<u>(891)</u>
	<u>(14.426)</u>	<u>(8.227)</u>

18 Despesas financeiras líquidas

	2014	2013
Rendimentos de aplicações financeiras	413	1.898
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	29	-
Descontos obtidos	<u>44</u>	<u>22</u>
Receitas financeiras	<u>486</u>	<u>1.920</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.134)	(1.902)
Juros sobre atraso em pagamentos	(21)	(25)
Despesas com IOF	(289)	(239)
Despesas e comissões bancárias	(146)	(581)
Outros	<u>(760)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	<u>(11.350)</u>	<u>(2.747)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(10.864)</u>	<u>(827)</u>

19 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e em 2013, está apresentada como segue:

	2014	2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.161)	904
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.075	(307)
Despesas indedutíveis	(56)	14
Outras diferenças permanentes	(17)	-
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	(308)
Diferido	<u>1.002</u>	<u>15</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>1.002</u>	<u>(293)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>32%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
Provisão para participação nos lucros	118	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.518	635
Outras provisões	<u>4</u>	<u>66</u>
Ativo fiscal diferido	4.640	701
Ajustes RTT - amortização de intangível	-	(93)
Ajustes RTT - capitalização de juros	(2.489)	-
Ajustes RTT - custo de captação	(248)	-
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	<u>(293)</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(3.030)</u>	<u>(93)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>1.610</u>	<u>608</u>

Com o objetivo de avaliação do registro dos impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, durante o exercício, a Companhia elaborou os estudos de lucratividade futura. O valor contábil do ativo fiscal é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

20 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas

obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	52	4.298
Aplicações financeiras	14.448	-
Contas a receber de clientes	8.092	3.158
Outros créditos	505	47
	<u>23.097</u>	<u>7.503</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 11.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Fluxo financeiro - 31/12/2014		
	Contábil	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	52	52	-
Aplicações financeiras	14.448	7.673	6.775
Contas a receber de clientes	8.092	8.092	-
Outros créditos	505	505	-
Total	<u>23.097</u>	<u>16.322</u>	<u>6.775</u>
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	15.553	13.332	2.221
Empréstimos, financiamentos e debêntures	173.271	169.127	4.144
Contas correntes partes relacionadas	25.130	25.130	-
Total	<u>213.954</u>	<u>207.589</u>	<u>6.365</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	14.448	-
	<u>14.448</u>	<u>0</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.173	93.059
	<u>171.173</u>	<u>93.059</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV- 25%	V - 50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	14.448	Variação do CDI	10,81%	1.562	1.953	2.343	1.172	781
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(170.999)	Variação do CDI	10,81%	(18.485)	(23.106)	(27.728)	(13.864)	(9.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(174)	Variação TJLP	5,00%	(9)	(11)	(14)	(7)	(5)
				<u>(16.932)</u>	<u>(21.164)</u>	<u>(25.399)</u>	<u>(12.699)</u>	<u>(8.467)</u>

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV- 25%	V - 50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.282	Variação do CDI	8,40%	360	450	540	270	180
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(93.059)	Variação do CDI	8,40%	(7.817)	(9.771)	(11.726)	(5.863)	(3.909)
				<u>(7.457)</u>	<u>(9.321)</u>	<u>(11.186)</u>	<u>(5.593)</u>	<u>(3.729)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor Justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/12/2014
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	4	-	-	52	-	52
Aplicações financeiras	5	7.673	6.775	-	-	14.448
Contas a receber de clientes	6	-	-	8.092	-	8.092
Outros créditos		-	-	505	-	505
Total		7.673	6.775	8.649	-	23.097
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	15.553	15.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	171.173	171.173
Contas correntes partes relacionadas	9	-	-	-	25.130	25.130
Total		-	-	-	211.856	211.856

	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/12/2013
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	4	4.298	-	4.298
Contas a receber de clientes	6	3.158	-	3.158
Outros créditos		47	-	47
Total		7.503	-	7.503
Passivos				
Fornecedores e empreiteiros	10	-	4.648	4.648
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	93.059	93.059
Total		-	97.707	97.707

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	31/12/2014	
Passivos	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.173	173.272
	31/12/2013	
Passivos	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	93.059	99.155

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, são classificadas na categoria nível 2, e foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

21 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui uma concessão adquirida por meio de uma licitação com a SEMAE. Esse contrato de concessão tem o prazo de duração de 30 anos a ser contado a partir da data da assinatura do contrato no ano de 2012. A Companhia não tem qualquer obrigação mensal ou anual a ser paga para a SEMAE referente à concessão adquirida.

A Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 e de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012, tem por objeto de operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamento relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia assegurou a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário à população residente em Piracicaba/SP. Os índices de investimento do sistema de coleta e tratamento de esgoto atenderam o seguinte cronograma: (i) até junho de 2014 cumprimento do marco contratual 3; (ii) até julho de 2014 cumprimento do marco contratual 4. Até 31 de dezembro de 2014 os marcos contratuais 3 e 4 foram atendidos. O marco contratual 5 deverá ser cumprido até novembro de 2015.

22 Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2015, a Companhia formalizou junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco BTG Pactual S.A. (“Agentes Financeiros”) contrato de financiamento de longo prazo, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (“Programa”), com recursos do FGTS, no valor de R\$ 195.735 (cento e noventa e cinco milhões, setecentos e trinta e cinco mil), com prazo total de 240 (duzentos e quarenta) meses.

Os desembolsos das parcelas do financiamento serão realizados periodicamente pelos Agentes Financeiros, obedecidas as condições estabelecidas nas normas do Programa e serão destinados para reembolso de recursos aplicados e a aplicar em obras civis, serviços, materiais e equipamentos objeto dos investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão.

* * *

Jorge Carlos Amin
Diretor Presidente

Josélio Alves Raymundo
Diretor Executivo

Jackson Luis da Silva Santos
Contador - CRC 1PR 034233/O